

## FIGURAÇÃO E LINGUAGEM NO *TRACTATUS*

Manoel Pereira Lima Junior<sup>1</sup>

**Resumo:** Este trabalho faz parte de nossa pesquisa de mestrado e trata da figuração lógica no *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein. Nele, faremos uma análise da noção de figuração e sua relação com a linguagem, tentando demonstrar de que modo este conceito criado por Wittgenstein ajudou na solução de problemas com a linguagem. A nossa abordagem dialoga com autores clássicos da filosofia como Hume, Kant, Frege e Russell. Ao fim do nosso trabalho, compreendemos que o modelo de figuração lógica criado por Wittgenstein elimina de uma vez por todas as falsas proposições, definindo qual é o campo da filosofia e qual é o campo da ciência.

**Palavras-chaves:** Figuração; Forma lógica; Proposição; Filosofia.

### INTRODUÇÃO

Neste trabalho (que faz parte de nosso projeto de mestrado), temos como objetivo fazer uma análise do conceito de figuração lógica no *Tractatus logico-philosophicus* de Wittgenstein. O nosso objeto de estudo é a noção de figuração. Como sabemos, para Wittgenstein, é através da figuração lógica que tentamos dizer o que é o caso, isto é, o mundo. Entretanto, para que a figuração seja capaz de afigurar algo é preciso que ela tenha algo em comum com o mundo: a forma lógica. Portanto, a forma lógica é o que torna possível a figuração. Dito isto, queremos justificar a importância do nosso trabalho: segundo Wittgenstein uma proposição com sentido é uma figuração, o que quer dizer que ela é passível de verdade ou falsidade. Um contra-senso é uma pseudoproposição, ou seja, não afigura nada. Daí, poderemos nos perguntar: como é possível falsas proposições? Figurar o não figurável? Acaso, na lógica, existe espaço para o ilógico? De fato, é preciso explicar como surge em nós representações do indizível. Explicar que tipo de fatos nós projetamos para representar o não-representável, fracassar na representação e, no entanto, acreditar no não-representável. Com efeito, se o pensamento não admite a representação do ilógico, deve haver uma justificativa lógica para as nossas representações frustradas.

Deste modo, partiremos do seguinte aforismo: “Figuramos os fatos.” (2.1). Afirmar que figuramos os fatos é o mesmo que dizer “existem coisas”. Contudo, tal assertiva não se refere à natureza, à verdade ou falsidade dos fatos. Antes sim, ao fato de que figuramos os fatos. Este fato (a figuração) retira as questões filosóficas do âmbito do mundo, de uma ontologia e lança-as no domínio da linguagem, ou, o que dá no mesmo, da lógica. A noção de figuração, aqui, é fundamental para se compreender o que na história da filosofia ficou conhecido como *virada lingüística*, pois, conforme Wittgenstein, “A proposição é uma figuração da realidade. A proposição é um modelo da realidade tal como pensamos que seja.” (4.01). Com essa noção o filósofo austríaco coloca em xeque um dos temas mais importantes da filosofia (dos pré-socráticos à contemporaneidade), a saber, o de essência. Se Kant já tinha demonstrado que não é possível conhecer o *númeno*, mas só o *fenômeno*, Wittgenstein demonstra o porquê de tal

---

<sup>1</sup> Formado em Filosofia pela Universidade Católica do Salvador (UCSAL), aluno especial do Mestrado em Filosofia da Universidade Federal da Bahia (UFBA) e membro do Grupo de Pesquisa Empirismo, Fenomenologia e Gramática. llourencio@hotmail.com.

impossibilidade: “[...] Uma proposição só pode dizer *como* uma coisa é, não *o que* ela é.” (3.221). E se é assim, importa-nos mais saber o que pode ser *descrito* do que *o que é*.

Tal descoberta de Wittgenstein remete-nos para o momento anterior à manifestação do pensamento, a fim de delimitar os limites do que pode ser dito. Logo, os limites da linguagem. A linguagem está condicionada à lógica, visto que não podemos pensar o ilógico e, por conseguinte, dizer o que não pode ser pensado, ou, o que não pode ser figurado. Assim, a condição para figurar algo é que *esse* algo tenha a mesma forma lógica do afigurado. Uma figuração lógica é o espelhamento do mundo na linguagem. Mas a figuração só terá sentido se tiver a mesma forma lógica do afigurado, ou seja, do mundo, pois,

A lógica preenche o mundo, os limites do mundo são também seus limites.  
Na lógica, portanto, não podemos dizer: há no mundo isso e isso, aquilo não.  
Isso aparentemente pressuporia que excluímos certas possibilidades, o que não pode ser o caso, pois, do contrário, a lógica deveria ultrapassar os limites do mundo: como se pudesse observar esses limites também do outro lado.  
O que não podemos pensar não podemos pensar; portanto, tampouco podemos *dizer* o que não podemos pensar. (5.61).

Enfim, chegamos à questão central: só podemos dizer o que podemos pensar e só podemos pensar o que tenha a mesma forma lógica do mundo. Então, uma proposição, para que ela tenha sentido, deve demonstrar, na sua estrutura, um isomorfismo com os fatos que ela figura. Que quer dizer isso? Que todo enunciado que não seja capaz de demonstrar uma forma lógica correspondente ao fato que enuncia é uma falsa proposição, não tem sentido. Neste caso, todo enunciado metafísico é sem sentido, uma vez que não tem capacidade de demonstrar a forma lógica. Proposições que não figuram são pseudoproposições. Portanto, não dizem respeito ao mundo, pois não são nem verdadeiras nem falsas. A partir daí poderíamos dizer que proposições metafísicas não figuram nada. Logo, não são suscetíveis de verdade *ou* falsidade. Não obstante, acreditamos existir proposições metafísicas, figurarmos o não-figurável. Alguém poderia pensar que se são possíveis enunciados tais como: “Deus existe!”, “A alma é imortal.”, etc., seria possível pensar que ao enunciar estas frases figuramos alguma coisa. Certamente, proposições metafísicas são figurações, mas “o que toda figuração, qualquer que seja sua forma, deve ter em comum com a realidade para poder de algum modo – correta ou falsamente – afigurá-la é a forma lógica, isto é, a forma da realidade.” (2.18). Como, então, falar de proposições metafísicas se não é possível demonstrar sua forma lógica? Como sabemos não se descreve a forma lógica, demonstra-se. Sendo assim, proposições metafísicas não têm a forma lógica correspondente ao mundo, de modo que não dizem nada a respeito do mundo.

É aí que surgem as falsas questões filosóficas. O que ocorre, neste caso, é a confusão entre o sentido de um enunciado e o seu valor de verdade. Para Arley, Wittgenstein diz que com a descrição gramatical não descobrimos nenhuma novidade, mas “A descrição conduz, todavia, a uma modificação de nosso pensamento: passamos a compreender com melhor clareza os usos que nós próprios fazemos da linguagem.” (MORENO, 1995, p. 71). Mesmo esclarecido isso, resta-nos uma dificuldade: se a lógica preenche o mundo e se não podemos pensar o ilógico, como é possível formular falsas questões? Diria Wittgenstein que não compreendemos a lógica de nossa linguagem. Tal dificuldade não diz respeito à lógica (enquanto estrutura do mundo), à linguagem (enquanto forma de afiguração) ou ao mundo (conquanto seja ele o caso), mas sim ao sujeito que afigura, à sua forma de representar o mundo, pois, o mundo que ele representa, é o mundo dele.

Essa consideração fornece a chave para se decidir a questão de saber em que medida o solipsismo é uma verdade.

O que o solipsismo *quer significar* é inteiramente correto; apenas é algo que não se pode *dizer*, mas que se mostra.

Que o mundo seja *meu* mundo, é o que se mostra nisso: os limites da linguagem (a linguagem que só ela, eu entendo) significam os limites de *meu* mundo. (5.62).

O que fica claro aqui é que um uso da linguagem que não respeite a estrutura lógica do mundo não se constituirá em proposição. Não existirá nenhuma correspondência entre figuração e afigurado. O que significa dizer que não têm sentido.

Na teoria figurativa, o que está em jogo é a estrutura profunda da linguagem e não a sua forma aparente. A forma lógica é a condição de possibilidade de toda figuração. Nela não há uma necessidade que, ao selecionar um aspecto da realidade, barra os demais. Por isso, podemos dizer que

[...] as proposições são figurações elaboradas de acordo com as necessidades que governam a estrutura da realidade e, portanto, reflexos dessa estrutura. Essas necessidades limitam o espaço total das possibilidades dentro do qual a estrutura efetiva da realidade assume forma. No interior desse espaço, uma proposição faz um movimento que barra certas possibilidades e, por isso mesmo força a realização de algumas outras. O movimento só é legítimo porque a proposição já terá absorvido e incorporado a si as necessidades relevantes. Essa é a maneira como a proposição adquire e usa seu sentido e esse é o ponto fundamental de analogia entre uma proposição e uma figura, ou modelo. (PEARS, 1973, p. 82).

Isso significa que não é um complexo qualquer que impõe a forma lógica à figuração e sim que certos objetos no mundo mantendo certa relação impõem sua forma de afiguração ao complexo. Vejamos como Wittgenstein representa esta passagem: “Não: ‘o sinal complexo ‘*aRb*’ diz que *a* mantém a relação *R* com *b*’, mais: que ‘*a*’ mantenha uma certa relação com ‘*b*’ diz que *aRb*.’ (3.1432). Portanto, a figuração de um complexo não decorre de uma necessidade lógica, mas de um feliz acaso de que objetos se relacionem, e, uma vez que eles se relacionam, a sua afiguração deve ter a mesma forma lógica do afigurado. Isso porque

Representar na linguagem algo que ‘contradiga as leis lógica’ é tão pouco possível quanto representar na geometria, por meio de suas coordenadas, uma figura que contradiga as leis do espaço; ou dar as coordenadas de um ponto que não exista. (3.032).

A figuração lógica está dada na própria estrutura do pensamento, pois, como afirma Wittgenstein, “A figuração lógica dos fatos é o pensamento.” (3). Assim, no *Tractatus*, existe uma correspondência entre a estrutura do mundo e a estrutura do pensamento que nos possibilita a comunicação e o entendimento. E porque não dizer, o conhecimento.

Se recuarmos um pouco na história do pensamento filosófico, veremos que Hume já havia formulado algo semelhante, quando demonstrou, no seu sistema, que a idéia só teria sentido se lhe correspondesse uma impressão sensível. Entretanto, ao tempo em que Hume põe uma solução cética para o impasse do que é possível conhecer e o que não é possível, Wittgenstein propõe uma solução positiva ao definir através do que se pode dizer, o que não se

pode dizer. E cumpre à filosofia delimitar o pensável e, com isso, o impensável (4.114). “Ela significará o indizível ao representar claramente o dizível.” (4.115).

Tanto em Hume quanto em Wittgenstein a noção de causalidade foi posta sob suspeita, visto que só a crença poderia gerar a idéia de que de um fato presente decorrerá um fato futuro. Em outras palavras, “Os eventos do futuro, não *podemos* derivá-los dos presentes. A crença no nexos causal é a *superstição*.” (5.1361). Contudo, se em Hume a saída oferecida parece ser o ceticismo, em Wittgenstein a ciência torna-se possível. Para o austríaco, é nas ciências naturais que se dão as proposições com sentido. Para ele a filosofia não é uma ciência natural, está acima ou abaixo da ciência natural, mas não ao lado dela. Portanto, só as ciências naturais figuram os fatos. Wittgenstein nos demonstra que proposições filosóficas não são possíveis, pois, o objeto da filosofia é a verdade, de sorte que se houvessem proposições filosóficas elas não seriam bipolares, mas sim necessárias. Porém, só existe necessidade lógica; e proposições lógicas são proposições sem sentido. O que significa dizer que proposições filosóficas são sem sentido. Daí se segue que

O fim da filosofia é o esclarecimento lógico dos pensamentos.

A filosofia não é uma teoria, mas uma atividade. Uma obra filosófica consiste essencialmente em elucidações.

O resultado da filosofia não são ‘proposições filosóficas’, mas é tornar proposições claras.

Cumpra à filosofia tornar claros e delimitar precisamente os pensamentos, antes como que turvos e indistintos. (4.112).

## CONCLUSÃO

Com isso concluímos que a noção de figuração do *Tractatus* foi importantíssima para ajudar na solução de problemas com a linguagem. Com a noção de figuração torna-se possível delimitar o que é dizível e o que não é dizível, e com isso, também, separar o que é próprio da ciência e o que é próprio da filosofia. Por isso podemos dizer que Wittgenstein resolveu questões que as teorias de Frege e de Russell não deram conta e que a teoria da figuração – se nos é permitido falar assim – tornou-se uma peça fundamental nesse processo. Qual é a vantagem da teoria da figuração em relação aos modelos de análise da linguagem apresentados por Frege e Russell? É que com a teoria da figuração “Pode-se dizer sem rodeios: esta proposição representa tal e tal situação – ao invés de: esta proposição tem tal e tal sentido.” (4.031). A crítica de Wittgenstein às teorias predecessoras ao *Tractatus* é que elas estavam fechadas na idéia de que o sentido da proposição deveria estar atrelado a objetos sensíveis. Na verdade, a análise da linguagem feita por Frege e por Russell era uma teoria do conhecimento vinculada à ontologia. Russell deu um passo significativo, que muito influenciaria Wittgenstein, ao escrever um célebre artigo chamado *Da denotação*. Neste artigo, Russell resolve algumas questões ao sugerir que as expressões que denotam deveriam ser reduzidas a expressões que não denotam, a fim de evitar problemas com a linguagem. Mas isso não foi suficiente para que Russell se livrasse do vínculo ontológico (o empirismo inglês). Wittgenstein, contudo, compreendeu que uma análise da linguagem não deveria estar ligada à ontologia, mas sim à lógica, pois esta estabelece o que pode ser dito de antemão, sem depender de fatos empíricos. Como afirma Pears,

A lógica, apenas estabelece o que pode ser dito de antemão. Não pode resolver a questão relativa a que objetos existam ou a questão relativa a que tipos de

objetos existam, na melhor das hipóteses, apenas condicionalmente necessários, fazendo-se obrigatória a experiência para firma-las. (PEARS, 1971, p. 87).

Com o *Tractatus* o que se verificou foi que a proposição também é um fato (não-empírico). Que o importante – na proposição – não é o significado do nome, mas que “O nome substitui, na proposição, o objeto.” (3.22). Por isso, “Figuramos os fatos.” (2.1). As antigas teorias ainda estavam presas ao mundo, não davam conta de que o sentido de uma proposição independe do mundo e que

Quando não se leva em conta que a proposição tem um sentido independente dos fatos, pode-se facilmente acreditar que verdadeiro e falso sejam relações, com direitos iguais, entre sinais e o que eles designam. (4.061).

O que depende dos fatos do mundo não é o sentido da proposição e sim as condições de verdade ou falsidade da proposição. É aí que a forma lógica tem um papel fundamental, pois, a figuração, se verdadeira, terá a mesma forma lógica do afigurado, de sorte que “Deve ser possível distinguir na proposição tanto quanto seja possível distinguir na situação que ela representa.” (4.04). O problema aí não é saber se o mundo está em ordem para que possamos representá-lo corretamente. A questão é: se, ao descrevermos os fatos, respeitamos a lógica interna da linguagem (nossa única forma de figurar corretamente o mundo), então, não incorreremos em falsas proposições, mas, se não respeitamos, criamos falsas questões filosóficas, as quais Wittgenstein chama de contra-sensos. No segundo Wittgenstein, a concepção de figuração lógica ou de objetos transcendentais serão submetidos à terapia filosófica, dando lugar a novos conceitos como *jogos de linguagem* e *formas de vida*.

## REFERÊNCIAS

MORENO, Arley. **Wittgenstein através das imagens**. Campinas: Editora da Unicamp, 1995.

HUME, David. **Istigações sobre o entendimento humano**. Lisboa: Edições 70, 1989.

PEARS, David. **As idéias de Wittgenstein**. São Paulo: Cultrix – Editora da Universidade de São Paulo, 1973.

RUSSELL, Bertrand. **Da denotação**. In. Coleção Pensadores. São Paulo: Abril Cultural, 1974.

WITTGENSTEIN, Luduig. **Tractatus Logico-Philosophicus**. São Paulo: Editora da Universidade de São Paulo, 1994.